

VAZIO DE PODER

Lúcio Emílio do Espírito Santo, Coronel da Reserva da PMMG

Que governo de país democrático se omite num momento tão grave como este vivido pela nação brasileira? A sensação que nós, cidadãos, temos é de que o Brasil está acéfalo, sem rumo, sem comando. Afinal, são quase dez dias de agitação, em que milhões de pessoas saem às ruas, manifestando seu descontentamento com a prioridade que o governo deu à realização de uma Copa do Mundo, ignorando os graves problemas sociais da população. É um plebiscito espontâneo. A decisão de trazer esse evento para cá foi autoritária, eleitoreira e megalomaniaca. Como sempre, a população não foi consultada, nem informada dos custos desse empreendimento. Bilhões de reais já foram gastos e outros tantos bilhões ainda serão necessários para que tudo esteja como a FIFA quer.

Estaria o governo subestimando a força e a determinação desse movimento? Estaria achando que isso é bravata de grupelhos, que a pirotecnia das balas de borracha logo coloca nos eixos? Por que a suprema magistrada da nação, a presidenta Dilma Rousseff, não reuniu a imprensa, não compareceu ao Congresso, não propôs nenhuma medida de curto prazo para pôr fim à crise, que só faz se agravar? É a hora do estadista, do líder, que, diante da nação inquieta, aponta rumos, toma providências emergenciais, tranquiliza o povo.

Já temos vários mortos e feridos. Quantos mais irão morrer, até que os políticos despertem para a gravidade do momento? O movimento é pacífico, mas o desejo de destruição e a fúria incontida rondam os espaços onde estão situados os poderes públicos. A própria mídia não tem sido poupada. Ouve-se falar em revolução.

A verdade é que, enquanto os jogos – e os lucros da FIFA – fluem normalmente, o povo está mergulhado numa guerra fratricida. Dividendos para a poderosa entidade particular do futebol, gás lacrimogênio para o povo que já sofre – e chora – com a falta de proteção social. A resposta do governo seria o cancelamento da Copa do Mundo no Brasil e, de quebra, a revogação da iníqua Lei Geral da Copa, um verdadeiro AI-5, que cria um regime de exceção em nosso país, durante a realização de um evento particular, com fins lucrativos. Nessa lei esdrúxula, a presidenta Dilma concede privilégios a uma entidade estrangeira, de direito privado, criando novas figuras penais e áreas de exclusão dentro de nosso país. Nossa soberania está ultrajada. Além disso, a lei faz medidas com o chapéu alheio, concedendo um prêmio de R\$ 100.000,00 aos participantes das Copas de 1958, 1962 e 1970, e uma ajuda financeira vitalícia. Como não ficar indignado com tamanhos absurdos, perpetrados em nome de um esporte hegemônico, em detrimento de tantos outros, até mais saudáveis, como as modalidades olímpicas?

Os fatos estão indicando que não haverá clima para a Copa, em 2014. O Brasil não é mais a “pátria de chuteiras”. A pirotecnia oficial só vai levar a mais e mais violência.